

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC

Concurso Público Edital Nº 01/2015

Cód. 08 – Procurador

O Poder da Comunicação

Nós seres humanos passamos tanto tempo preocupados em alcançar aquilo que não temos, que esquecemo-nos de olhar e valorizar o que temos.

Somos seres extremamente privilegiados, pois nascemos com a capacidade de comunicação.

Talvez as adversidades da vida, não nos permitiram até o momento perceber o quanto esta capacidade é importante para a nossa sobrevivência nesta terra.

O que seria de nós se porventura, não pudéssemos nos comunicar com outros seres humanos? Como expressaríamos todos os nossos desejos e necessidades? Como exprimiríamos os nossos pensamentos e ideias? Com certeza não sobreviveríamos muitos dias.

O que muitos de nós, seres humanos, ainda não entendemos é que essa capacidade além de nos ajudar a sobreviver nesta terra, tem bastante influência no alcance de nossos objetivos. Mas preste atenção, não basta apenas se comunicar, é preciso saber se comunicar.

Do que adianta saber falar, se não usamos as palavras certas, no momento certo? Já ouvi várias pessoas repetindo a tal famosa frase: “Eu só sou responsável pelo que eu falo, não pelo o que você entende”.

Não só discordo desta frase como também acredito que a mesma é sempre utilizada como escape. Afinal de contas, é bem mais fácil para o emissor, colocar a responsabilidade da mensagem no receptor, não é mesmo?

Se quisermos ser, bem sucedidos em tudo o que fazemos é preciso aprender a responsabilizar-nos pelas mensagens por nós transmitidas. Quando realmente temos interesse em transmitir a mensagem de maneira correta, não só responsabilizamos-nos por aquilo que falamos, mas também por aquilo que o outro entende. A mensagem só é enviada corretamente, quando emissor e receptor encontram-se na mesma sintonia. Quando um fala e o outro entende. Precisamos ter bastante cuidado com a mensagem que estamos transmitindo para a nossa liderança. Quando falamos a mesma língua que a nossa família, nossos colegas de trabalho, amigos e liderança teremos como resultado o nosso crescimento e o alcance de nossos objetivos. Mas é preciso jamais esquecer qual é a nossa posição. Todo bom líder almeja uma equipe motivada, unida e que fale a mesma língua, porém é importante deixar claro que o intuito é alcançar os objetivos da empresa e não destituir o líder.

Caso não aprendamos a passar a mensagem correta, nossos projetos correm grande risco de terminarem como a Torre de Babel. Inacabados.

...

Texto adaptado

Mônica Bastos

Disponível em: <http://www.rhportal.com.br/>

1. Após a leitura do texto, analise as afirmações abaixo.

- I- A comunicação é indispensável ao ser humano, pois, através dela, os indivíduos interagem com outros semelhantes e com o meio ao qual estão inseridos.
- II- Saber se comunicar, no entanto nem sempre é tarefa fácil; é preciso observação, discernimento, consenso para comunicar o que é preciso ser dito da maneira correta e no momento oportuno, respeitando o outro, as suas limitações, porque nem sempre o que comunicamos ou o que queremos comunicar vai chegar ao outro da maneira e na velocidade com a qual esperamos.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas a afirmação I está correta.
- B) Apenas a afirmação II está correta.
- C) As duas afirmações estão corretas.
- D) As duas afirmações estão incorretas.

2. De acordo com os três últimos parágrafos:

- Saber se comunicar bem é um dos requisitos básicos para a maioria dos empregos.
- No dia a dia de trabalho, a comunicação se faz presente o tempo inteiro. É de nossa responsabilidade transmitir a mensagem corretamente para que o receptor entenda.
- Muitas vezes não é a falta de informações que prejudica a comunicação, mas a forma de transmissão que não é adequada.
- Para que a comunicação seja adequada, deve-se investigar se a outra parte compreendeu a mensagem.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas três itens estão corretos.
- B) Todos os itens estão corretos.
- C) Apenas dois itens estão corretos.
- D) Apenas um item está correto.

3. Em todas as alternativas temos palavras acentuadas pela mesma regra, EXCETO:

- A) nós – já – só.
- B) até – você – também.
- C) várias – língua – líder.
- D) pudéssemos – expressaríamos – responsável.

4. Assinale a alternativa que apresenta erro de ortografia.

- A) advinhar.
- B) advertir.
- C) admitir.
- D) admirável.

5. Assinale a alternativa que apresenta pontuação correta.

- A) Não só a comunicação verbal mas a não verbal que vai além da escrita, ou do próprio diálogo mas do toque, do olhar, dos gestos, faciais e corporais, do sorriso, do abraço, do beijo, saber ouvir e escutar, também são importantes e muitas vezes mais eficazes do que meras palavras.
- B) Não só a comunicação verbal, mas a não verbal, que vai além da escrita, ou do próprio diálogo, mas do toque, do olhar, dos gestos faciais e corporais, do sorriso, do abraço, do beijo, saber ouvir e escutar, também são importantes e muitas vezes mais eficazes do que meras palavras.
- C) Não só a comunicação verbal mas a não verbal, que vai além da escrita, ou do próprio diálogo, mas do toque, do olhar, dos gestos faciais, e corporais, do sorriso, do abraço, do beijo, saber ouvir, e escutar, também são importantes e muitas vezes mais eficazes do que meras palavras.
- D) Não só a comunicação verbal, mas a não verbal, que vai além da escrita ou do próprio diálogo, mas do toque, do olhar, dos gestos faciais e corporais, do sorriso, do abraço, do beijo, saber, ouvir e escutar, também são, importantes e, muitas vezes mais eficazes do que meras palavras.

6. “Mas é preciso jamais esquecer qual é a nossa posição.” (9º§). A palavra sublinhada, nessa frase, faz o plural da mesma forma que:

- A) pão.
- B) gratidão.
- C) irmão.
- D) cidadão.

7. Colocando os verbos destacados no período abaixo no Pretérito Perfeito do Indicativo temos:

“Nós seres humanos passamos tanto tempo preocupados em alcançar aquilo que não temos, que esquecemo-nos de olhar e valorizar o que temos.”

- A) passamos – tivemos – esquecemo – tivemos.
- B) passávamos – tínhamos – esquecíamos – tínhamos.
- C) passaremos – teremos – esqueceremo – teremos.
- D) passamos – tínhamos – esqueceremo – tivemos.

8. A colocação pronominal está correta somente na alternativa:

- A) Falar sobre a comunicação em geral não é uma tarefa simples, pelo contrário, há muito que discutir e aprender nesse mundo incrível em que ela envolve-nos.
- B) Se uma organização não trabalha bem a sua comunicação interna, como ela quer que o público externo veja-a com respeito.
- C) Comunicar-se bem é atributo essencial para todo profissional.
- D) Se comunicando, você transmite ideias, faz solicitações, cria realidades, inventa.

9. Analise as frases abaixo.

- I- Fazem dias que fiz a entrevista.
- II- Espero que você seja aprovado no concurso.
- III- Se eles houvessem feito o gabarito correto, teriam sido aprovados.

Assinale a alternativa que contém a concordância verbal correta.

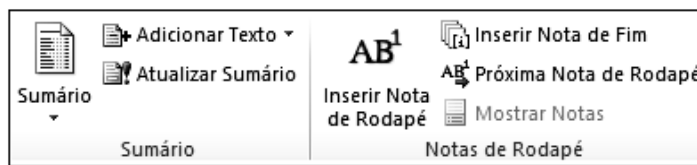
- A) Os itens I, II e III estão incorretos.
- B) Os itens I, II e III estão corretos.
- C) Apenas os itens I e II estão corretos.
- D) Apenas o item III está correto.

10. A regência verbal está correta na alternativa:

- A) Ela quer namorar com o meu irmão.
- B) Perdi a hora da entrevista porque fui à pé.
- C) Não pude fazer a prova do concurso porque era de menor.
- D) É preferível ir a pé a ir de carro.

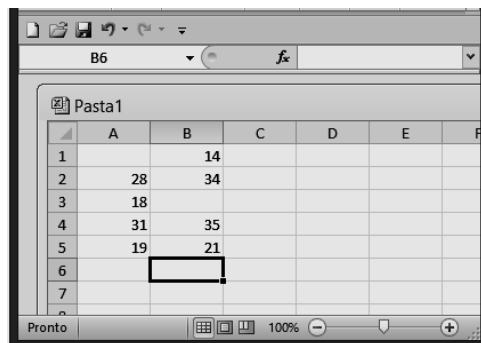
11. Os botões da figura abaixo fazem parte da Guia _____ do Word 2010.

- A) Revisão
- B) Referências
- C) Exibição
- D) Inserir



12. Ativando a célula B6 e clicando no botão Σ na janela do Excel, obtém-se o seguinte resultado (Média):

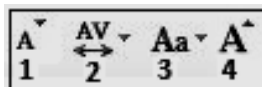
- A) 56.
- B) 104.
- C) 96.
- D) 21.



13. Os botões representados nas figuras fazem parte da janela do PowerPoint 2010. Identifique o que corresponde ao comando de espaçamento entre caracteres.

Atende ao enunciado o botão número:

- A) 1.
- B) 3.
- C) 2.
- D) 4.

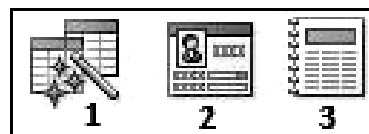


14. Identifique as figuras abaixo que representam botões do Access 2010, preenchendo os parênteses com os números correspondentes.

- () Formulário.
- () Relatório.
- () Assistente de consulta.

O preenchimento correto está na sequência:

- A) 2, 1, 3.
- B) 1, 3, 2.
- C) 3, 2, 1.
- D) 2, 3, 1.



15. Sobre o uso da internet é (V) verdadeiro ou (F) falso afirmar.
- () Link é um recurso que permite o deslocamento entre páginas da web sem necessidade de digitar um endereço.
 - () A navegação com guias é um recurso da maioria dos navegadores que permite a abertura de vários sites na mesma janela do navegador, possibilitando alternar entre elas clicando nas que desejar exibir.
 - () Webmail é um serviço de e-mail que permite ao usuário, usando um navegador conectado à internet, enviar e receber e ler mensagens no próprio servidor, sem necessidade de baixá-las no computador.
- Atendendo ao enunciado a sequência correta é:
- A) V, V, F.
 - B) V, V, V.
 - C) V, F, V.
 - D) F, V, V.
16. Com relação aos direitos pecuniários ou remuneratórios decorrentes da relação de trabalho, pode ser afirmado que:
- A) a indenização pelo não-deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época da reclamação ou, se for o caso, na da extinção do contrato.
 - B) o reajustamento salarial coletivo beneficia o empregado pré-avisado da despedida, porém tal benefício não integra o seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.
 - C) é devida a gratificação natalina proporcional na extinção dos contratos a prazo, ainda que a relação de emprego haja findado antes do segundo semestre.
 - D) é devida a gratificação natalina proporcional na cessação da relação de emprego resultante da aposentadoria do trabalhador, ainda que verificada antes do primeiro semestre.
17. No que diz respeito à equiparação salarial, pode ser afirmado o que segue:
- A) É necessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita.
 - B) A cessão de empregados exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do reclamante.
 - C) É do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.
 - D) Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço no emprego e não na função.
18. Com relação ao aviso prévio, pode ser afirmado que:
- A) o direito aos salários do período de férias escolares assegurado aos professores exclui o direito ao aviso prévio, na hipótese de dispensa sem justa causa ao término do ano letivo ou no curso das férias escolares.
 - B) é incabível o aviso prévio na despedida indireta.
 - C) as pessoas jurídicas de direito público estão sujeitas a prévio pagamento de custas, bem como a depósito da importância da condenação, para o processamento de recurso na Justiça do Trabalho.
 - D) a cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, simples ou em dobro, não exclui, por si só, o direito do empregado ao aviso prévio.
19. Configura crime de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:
- A) deixar de prestar contas anuais da administração financeira do Município à Câmara de Vereadores, ou ao órgão que a Constituição do Estado indicar, nos prazos e condições estabelecidos.
 - B) descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro.
 - C) omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura.
 - D) deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária.
20. Apresenta-se como sanção administrativa passível de ser aplicada pela autoridade judiciária ao agente público condenado por crime de abuso de autoridade:
- A) exoneração a bem do serviço público.
 - B) destituição de função.
 - C) inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública pelo prazo de até três anos.
 - D) suspensão do cargo por prazo de até trinta dias.
21. No que concerne ao "Habeas Corpus" pode ser afirmado o que segue:
- A) compete originariamente ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento de *habeas corpus* contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.
 - B) cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
 - C) compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do relator que, em *writ* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.
 - D) não se conhece de *habeas corpus* contra omissão de relator de extradição, se fundado em fato ou direito estrangeiro cuja prova não constava dos autos, nem foi ele provocado a respeito.

22. A ação penal, nos crimes contra a honra:
- A) será pública condicionada à representação, no caso de injúria real, se a lesão for leve ou grave.
 - B) será pública incondicionada no caso do ofendido ser o chefe de governo estrangeiro.
 - C) será pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça, no caso do ofendido ser o Presidente da República.
 - D) será pública incondicionada, se o ofendido for funcionário público no exercício da função.
23. No que diz respeito aos recursos no processo penal, pode ser afirmado o que segue:
- A) É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.
 - B) A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, impede o conhecimento da apelação por este interposta.
 - C) Cabe juízo de retratação na apelação, uma única vez, no prazo de 2 (dois) dias.
 - D) A carta testemunhável possui efeito devolutivo e suspensivo.
24. Em decorrência da ação civil *ex delicto*, a legislação incentiva, através da concessão de benefícios aos agentes, a reparação dos ofendidos, conforme hipótese abaixo citada:
- A) Substituição das condições específicas da suspensão condicional da pena por condições genéricas.
 - B) Reparação do dano como condição para a concessão da progressão de pena, salvo impossibilidade efetiva.
 - C) extinção de punibilidade no caso de peculato doloso, quando o dano é ressarcido.
 - D) Causa de diminuição da pena quando o agente repara o dano ou restitua a coisa ao ofendido.
25. Incorre nas mesmas penas do crime de falsificação de documento público:
- A) quem usa, guarda, possui ou detém bilhete, passe ou conhecimento de empresa de transporte administrada pela União, por Estado ou por Município.
 - B) quem insere ou faz inserir em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório.
 - C) quem importa, exporta, adquire, vende, troca, cede, empresta, guarda, fornece ou restitui à circulação selo falsificado destinado a controle tributário.
 - D) quem utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial, produto ou mercadoria sem selo oficial, nos casos em que a legislação determina a obrigatoriedade de sua aplicação.
26. Ao agente que venha a praticar navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei, há de ser imputado o cometimento do crime de:
- A) desobediência.
 - B) descaminho.
 - C) resistência.
 - D) contrabando.
27. Classificam-se como crimes contra a incolumidade pública:
- A) perigo de vida e abandono de incapaz.
 - B) omissão de socorro e redução à condição análoga à de escravo.
 - C) difusão de doença ou praga e inundação.
 - D) maus tratos e apologia ao crime.
28. Extingue-se a punibilidade:
- A) pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei e pela perempção.
 - B) pela concessão de liberdade provisória e pela graça.
 - C) pela concessão de fiança e pela anistia.
 - D) pelo advento de "novatio legis in melius" e pela prescrição.
29. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes:
- A) contra a honra do Presidente da República.
 - B) de genocídio, quando o agente for estrangeiro, qualquer que seja o seu domicílio.
 - C) cometidos por particulares contra a administração pública.
 - D) contra a fé pública de sociedade de economia mista federal.

30. Consoante expressa disposição da Lei 6766 de 19 de dezembro de 1979, a qual dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, pode ser afirmado o que segue:
- A) Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
 - B) Considera-se lote o terreno servido de infra-estrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.
 - C) No caso de loteamento ou desmembramento localizado em área de município integrante de região metropolitana, o exame e a anuência prévia à aprovação do projeto caberão à autoridade vinculada ao município dominante.
 - D) considera-se loteamento a subdivisão de gleba em espaços destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
31. Apresenta-se como ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, consoante previsão expressa da Lei 8429 de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa):
- A) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
 - B) celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.
 - C) permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer entidade pública, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.
 - D) agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.
32. É dispensável a licitação:
- A) nos casos de interesse público, quando caracterizada necessidade de atendimento de situação que possa colocar em risco equipamentos públicos, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação urgencial para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 90 (noventa) dias úteis.
 - B) quando os entes federativos tiverem que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
 - C) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
 - D) quando acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
33. Nos contratos administrativos, cabe ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- A) aval fiduciário.
 - B) títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema descentralizado de liquidação.
 - C) títulos da dívida agrária, resgatáveis em até 10 (dez) anos.
 - D) seguro-garantia.
34. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, deve ser exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:
- A) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
 - B) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.
 - C) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções que lhe compete infligir, tais como advertência, suspensão e exoneração do exercício do cargo, emprego ou função.
 - D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, excluídas as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
35. *"Sempre que possível, os impostos devem possuir caráter pessoal e serem graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte facultando à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esse objetivo, identificar, respeitados os direitos individuais e dos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte"*. A assertiva refere-se ao seguinte princípio do direito tributário:
- A) princípio da isonomia ou igualdade
 - B) princípio da capacidade contributiva
 - C) princípio da vedação ao confisco
 - D) princípio da irretroatividade

36. Cabe à Lei Complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:
- A) definição de tratamento análogo para as grandes empresas e empresas de pequeno porte.
 - B) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.
 - C) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas microempresas.
 - D) recolhimento unificado e centralizado, admitida determinada retenção ou condicionamento.
37. A Constituição Federal autoriza o Distrito Federal a instituir impostos sobre:
- A) operações de crédito, câmbio e seguro e propriedade de veículos automotores.
 - B) propriedade territorial rural e transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
 - C) produtos industrializados e operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
 - D) propriedade predial e territorial urbana e transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos.
38. Pertencem aos Municípios:
- A) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
 - B) trinta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
 - C) trinta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
 - D) vinte por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
39. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
- A) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um macrorregião.
 - B) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, incluindo as questões judiciais e excluindo às de natureza administrativa.
 - C) é vedado à lei exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
 - D) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
40. São privativos de brasileiro nato os cargos:
- A) de Presidente da Câmara dos Deputados e de Governador de Estado-Membro.
 - B) da carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas.
 - C) de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de Prefeito Municipal.
 - D) de Ministro de Estado da Defesa e de Senador da República.
41. O alistamento eleitoral e o voto são:
- A) facultativos para os maiores de dezoito anos.
 - B) obrigatórios para os maiores de setenta anos.
 - C) obrigatórios para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
 - D) facultativos para os analfabetos.
42. Compete privativamente ao Senado Federal:
- A) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
 - B) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
 - C) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
 - D) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
43. O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam, dentre outros:
- A) o Ministro das Relações Exteriores e seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade.
 - B) o Ministro do Planejamento e os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados.
 - C) o Presidente da Câmara dos Deputados e o Ministro da Justiça.
 - D) o Vice-Presidente da República e o Ministro-Chefe da Casa Civil.

44. Podem propor a ação declaratória de constitucionalidade:
- A) a Mesa da Câmara dos Deputados e o partido político com representação no Congresso Nacional.
 - B) o Procurador-Geral da República e a Advocacia-Geral da União.
 - C) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e o Prefeito Municipal.
 - D) a entidade de classe de âmbito nacional e o Tribunal de Contas da União.
45. Com relação aos direitos da personalidade, expressamente previstos no Código Civil Brasileiro, pode ser afirmado o que segue:
- A) O pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da proteção que se dá ao nome.
 - B) É inválida, independentemente da finalidade, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
 - C) os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
 - D) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
46. No que tange ao instituto da adoção, como tal previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, pode ser afirmado o que segue:
- A) Para adoção conjunta, é dispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável.
 - B) O adotante há de ser, pelo menos, doze anos mais velho do que o adotando.
 - C) Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.
 - D) É vedado aos divorciados adotar conjuntamente, independentemente do momento em que se tenha iniciado o estágio de convivência.
47. São princípios utilizados na solução de conflitos intertemporais e espaciais de normas jurídicas:
- A) hierárquico, cronológico e especialidade.
 - B) antinomia, vinculação e regularidade procedimental.
 - C) legalidade, impessoalidade e publicidade.
 - D) taxatividade, discricionariedade e isonomia.
48. Complete a lacuna inserta na frase a seguir, referindo-se a um dos princípios constitucionais do processo civil.
- O _____ apresenta dois sentidos, significando “o conjunto de garantias de ordem constitucional, que de um lado asseguram às partes o exercício de suas faculdades poderes de natureza processual e, de outro, legitimam a própria função jurisdicional”.
- A) princípio da paridade de armas
 - B) princípio do devido processo legal
 - C) princípio da fundamentação das decisões judiciais
 - D) princípio da inafastabilidade do Judiciário
49. Apresenta-se como prerrogativa processual da Fazenda Pública:
- A) prazo, em quádruplo, para recorrer e, em dobro, para contestar.
 - B) intimação pessoal nas execuções fiscais.
 - C) isenção do pagamento de despesas processuais após o término do processo.
 - D) exigência de caução na propositura de ações rescisórias.
50. No que concerne à ação civil pública, pode ser afirmado que:
- A) veda-se aos órgãos públicos legitimados para a propositura da ação civil pública tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações.
 - B) a ação civil não pode ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer.
 - C) a Defensoria Pública possui legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar.
 - D) o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias úteis.